



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB-IFPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO 2ª
LÍNGUA PARA SURDOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

ANDREZA DE OLIVEIRA FRANCO SANTOS

**ANÁLISE DOS ESTUDOS SOBRE A INTERLÍNGUA PORTUGUÊS-LIBRAS DE
APRENDIZES SURDOS DA MODALIDADE ESCRITA DA LÍNGUA
PORTUGUESA, COMO SEGUNDA LÍNGUA**

JOÃO PESSOA

2021

ANDREZA DE OLIVEIRA FRANCO SANTOS

**ANÁLISE DOS ESTUDOS SOBRE A INTERLÍNGUA PORTUGUÊS-LIBRAS DE
APRENDIZES SURDOS DA MODALIDADE ESCRITA DA LÍNGUA
PORTUGUESA, COMO SEGUNDA LÍNGUA**

TCC-Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus João Pessoa, Polo Duas Estradas, para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª língua para Surdos, sob a orientação do(a) Prof.(a). Dr./Me. Camila Michelyne Muniz da Silva.

JOÃO PESSOA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus* João Pessoa

M237a Santos, Andreza de Oliveira Franco.
Análise dos estudos sobre a interlíngua português-libras de aprendizes surdos da modalidade escrita da língua portuguesa, como segunda língua / Andreza de Oliveira Franco Santos. – 2021.
20 f.
Artigo (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos) – Instituto Federal da Paraíba – IFPB / Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. Diretoria de Educação a Distância.
Orientadora : Profª Ma. Camila Michelyne Muniz da Silva
1. Língua portuguesa. 2. Aprendizagem. 3. Surdos. 4. Libras. I. Título.
CDU 811.134.3:376

ANDREZA DE OLIVEIRA FRANCO SANTOS

**ANÁLISE DOS ESTUDOS SOBRE A INTERLÍNGUA PORTUGUÊS-LIBRAS DE
APRENDIZES SURDOS DA MODALIDADE ESCRITA DA LÍNGUA
PORTUGUESA, COMO SEGUNDA LÍNGUA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos.

João Pessoa, 25 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Camila Michelyne M. da Silva

Prof.(a.) Ma. Camila Michelyne Muniz da Silva
Orientador(a) – UFPE

Marcyly da Luz Marques
Profª. Ma. Marcyly da Luz Marques
(Examinadora)

Prof.(a.) Ma. Marcyly da Luz Marques
Avaliador(a) – IFPB

Nidia Nunes Máximo
Nidia Nunes Máximo
Coord. de Letras LIBRAS
Departamento de Letras
SIAPE: 2143407

Prof.(a.) Ma. Nidia Nunes Máximo
Avaliador(a) – UFPE

ANÁLISE DOS ESTUDOS SOBRE A INTERLÍNGUA PORTUGUÊS-LIBRAS DE APRENDIZES SURDOS DA MODALIDADE ESCRITA DA LÍNGUA PORTUGUESA, COMO SEGUNDA LÍNGUA

Andreza de Oliveira Franco Santos¹

Camila Michelyne Muniz da Silva²

RESUMO

Este artigo faz uma análise dos estudos sobre a interlíngua Português-Libras de aprendizes surdos da modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua. Desse modo, o presente trabalho objetiva apresentar contribuições para o processo de ensino aprendizagem desta última no contexto da educação bilíngue para surdos. Logo, partimos de um processo metodológico de revisão bibliográfica de cunho qualitativo, mediante a análise de trabalhos selecionados sobre o tema retirados do site oficial da plataforma CAPES- Ministério da Educação – MEC e do Google Acadêmico. Para subsidiar o referencial teórico deste artigo, recorreremos aos autores Selinker (1972), Dechandt-Brochado (2006), Coste (2002), McCleary (2009), entre outros.

Palavras-chaves: Estudos, Interlíngua, Português-Libras, Educação Bilíngue.

ABSTRACT

This article analyzes the studies on the Portuguese-Libras interlanguage of deaf learners of the written modality of the Portuguese language, as a second language. Thus, the present work aims to present contributions to the teaching-learning process of the latter in the context of bilingual education for the deaf. Therefore, we started with a methodological process of bibliographic review of a qualitative nature, through the analysis of selected works on the theme, taken from the official website of the CAPES platform - Ministry of Education - MEC and Google Scholar. To support the theoretical framework of this article, we used the authors Selinker (1972), Dechandt-Brochado (2006), Coste (2002), McCleary (2009), among others.

Keywords: Studies, Interlingua, Portuguese-Libras, Bilingual Education.

¹ Especialista em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional pela Universidade Candido Mendes- UCAM e Pós-graduanda em Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua para Surdos pelo Instituto Federal da Paraíba- IFPB.

² Mestra em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo a análise dos estudos sobre a interlíngua Português-Libras de aprendizes surdos, da modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua. Em vistas a provocar mudanças significativas neste cenário, fazem-se necessárias pesquisas que venham a refletir sobre propostas em que o foco é a escrita do aluno surdo, indo ao encontro da sua valorização, não deixando de reforçar a educação bilíngue, discutindo o processo de ensino aprendizagem da Língua Portuguesa como oportunidade de ampliar suas possibilidades de saberes, além de discutir como ocorre à aquisição da escrita e a formação da interlíngua Português-Libras.

Diante disso, foi elaborada a pergunta norteadora da pesquisa: Como os estudos sobre a interlíngua Português-Libras de aprendizes surdos da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, podem contribuir para o processo de ensino aprendizagem desta última no contexto da Educação Bilíngue para surdos?

Mediante o que foi exposto, temos como objetivo geral analisar as publicações sobre a interlíngua Português-Libras dos aprendizes surdos. Objetivos específicos: selecionar trabalhos publicados sobre o tema através de palavras-chaves (bilinguismo, aquisição e interlíngua); descrever os apontamentos sobre o tema apresentados nos trabalhos selecionados; e analisar os apontamentos sobre o tema com base na proposta de educação bilíngue para surdos.

A presente pesquisa fez uma análise dos trabalhos publicados sobre o tema da plataforma de ensino Capes - Ministério da Educação – MEC e Google Acadêmico, que deu subsídios sobre a temática abordada. No que diz respeito aos conceitos e propostas teóricas, foram analisados os trabalhos dos autores tais como: Selinker (1972), Dechandt-Brochado (2006), Coste (2002), McCleary (2009), entre outros. Para complementar a discussão a respeito da temática foi analisada a estrutura da língua de sinais abordada por esses autores, o conceito e as considerações sobre a interlíngua Português-Libras.

Portanto, foi analisado como se dá esse processo de ensino aprendizagem no contexto da Educação Bilíngue para surdos, refletindo sobre os objetivos elencados e procurando responder como se dá essa formação da base de dados para a compreensão do processo de aprendizagem de uma segunda língua.

2 BILINGUISMO

A partir do reconhecimento como meio legal de comunicação das comunidades surdas brasileiras, através da Lei 10.436/2002, a Língua Brasileira de Sinais tem se firmado cada vez mais e ganhado maior visibilidade. É importante ressaltar que mesmo sendo reconhecida no ano de 2002, a língua já era falada no Brasil desde o século XIX.

Então, o reconhecimento da Libras, como disciplina nos cursos de formação em nível superior, possibilita o desenvolvimento linguístico, intelectual e social de seus usuários surdos ampliando-se para os atendimentos públicos da sociedade, impulsionando a inserção social do surdo, pois este poderá exercer sua cidadania participando de maneira ativa e consciente no meio social, já que sua língua materna será respeitada e assimilada.

Mediante o exposto, recorremos a McCleary (2009, p. 27-30) “que vem trazer o conceito, tipos e demais questões com relação ao bilinguismo”. De acordo com McCleary (idem), “o bilinguismo é o uso de mais de uma língua, dentro de uma mesma comunidade linguística ou pela mesma pessoa”.

Assim, compreendemos que o bilinguismo pode ser social ou individual. O bilinguismo social marca o uso de mais de uma língua dentro de uma mesma comunidade linguística, ainda que alguns usuários surdos falem somente uma delas, outros falem outra e, ainda, outros falem as duas ou várias línguas dessa comunidade. Ainda de acordo com McCleary (2009, p.27-30), “o Brasil e os Estados Unidos são países bilíngues (ou multilíngues) de fato, mas não oficialmente”.

Já o bilinguismo individual marca o uso de mais de uma língua por uma mesma pessoa. Assim, McCleary (ibidem) explica que

Muitas pessoas acham que uma pessoa bilíngue é uma pessoa que fala duas línguas perfeitamente bem, como se tivesse duas línguas maternas. [...] Só porque uma pessoa não é perfeitamente fluente numa segunda língua não significa que ela não possa ser considerada bilíngue”. Para o pesquisador, um indivíduo bilíngue é qualquer pessoa que fale mais de uma língua para se comunicar, mesmo minimamente.

Assim sendo, de acordo com Quadros (2000, p.54), “Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil”.

Ao longo dos anos, no âmbito de mecanização da aprendizagem da língua, foram desenvolvidas algumas abordagens e propostas com o objetivo de apresentar a melhor forma de conduzir o ensino e aprendizagem do aluno surdo. Abordagens como a oralista e a comunicação total, por exemplo, traziam concepções bastante fragmentadas no que diz respeito ao ensino de língua. Esses métodos desconsideravam a relevância da Língua de Sinais, pois eram baseados em crenças absurdamente inverídicas, negando a existência da cultura surda.

Diante desse cenário, surgiu a proposta do bilinguismo, trazendo uma concepção totalmente contrária a todas as abordagens até então vistas. Essa concepção nasce sob uma perspectiva inclusiva. Com o surgimento do bilinguismo, o ensino da Língua de Sinais passou a ser mais democrático, permitindo maior acessibilidade aos seus usuários.

De acordo com Brito (1993, p.87-88), quando vem afirmar a importância da Língua de Sinais para o aprendizado dos surdos:

Além da função comunicativa, as línguas naturais têm a importante função que é a de suporte linguístico para a estruturação do pensamento. Esta última, frequentemente é ignorada por especialistas envolvidos na educação do surdo que consideram a língua apenas como meio de comunicação. [...] As Línguas de Sinais, por serem naturais e de fácil acesso para os surdos, são extremamente importantes para o preenchimento da função cognitiva e suporte do pensamento.

Diante dessa reflexão, compreendemos que, quando se fala da proposta da educação bilíngue, nota-se que permite ao aprendiz surdo fazer uso das duas línguas, havendo a oportunidade de escolha em cada situação linguística, a qual ele irá utilizar.

Assim sendo, se para o aluno ouvinte é um desafio ingressar em cursos de nível superior, para o aluno surdo esse desafio é ainda maior. As dificuldades impostas pelas barreiras enfrentadas durante toda a vida escolar refletem diretamente na vida acadêmica.

Os jovens surdos, como quaisquer outros, terão de fazer frente a expectativas, normas e modos de funcionamento diferentes daqueles de sua experiência escolar anterior. A adaptação a essa nova realidade dependerá de suas características pessoais, habilidades, de sua história e da forma como encara esse período de desenvolvimento próprio da faixa etária do jovem adulto, marcado pela construção da identidade, da autonomia, de ideais e de relações interpessoais (FERREIRA, ALMEIDA, SOARES, 2001).

A comunidade surda luta pela criação de escolas bilíngues, que sejam vistos não suas limitações, mas sim suas potencialidades e peculiaridades, uma escola na qual seja

compartilhada uma língua em comum. Entrando nesse viés, a pesquisadora e professora surda Simone Silva, no livro *Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas*, afirma que

A comunidade surda anseia por uma escola que não seja adjetivada de especial, uma escola regular bilíngue que tenha o máximo de alunos surdos para compartilhar saberes linguísticos, culturais e políticos. Onde a língua de sinais seja a língua da escola, dos professores e funcionários (SILVA, 2012, p. 271).

Assim sendo, de acordo com Hornberger (1991), existem três tipos de educação bilíngue: 1) a de transição que considera a língua como um problema que precisa ser resolvido e busca chegar à língua-alvo, ou seja a língua materna, primeira língua do indivíduo surdo; 2) a de manutenção, que consiste a língua da comunidade surda como direito, mas em último recurso, que vem a servir de transição para a língua dominante da sociedade; e, por fim, a 3) a de enriquecimento que considera a língua como um meio não só para indivíduos de classes minoritárias, mas para indivíduos que fazem parte de uma sociedade dominante.

A partir da Lei 10.436/2002, o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 regulamenta a lei e dispõe sobre o direito à pessoa surda a participar e colaborar em todas as esferas educacionais e demais espaços públicos da sociedade. Conforme nos diz o inciso II, parágrafo 1º do art. 14 do decreto “ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino de Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos”.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), “todo professor, seja ele ouvinte ou surdo, tem o direito de receber formação sobre a natureza da Língua de Sinais, sua estrutura e seus usos e de ensinar nessa língua, meio mais natural de comunicação com e/ ou entre os surdos”. Então, para que o surdo tenha todos os seus direitos linguísticos não só garantidos, mas também postos em prática, especificamente no Brasil, a Libras precisa ser vista como algo indispensável nas escolas, como uma língua essencial para a formação de seres sociais capazes de interagir socialmente com todas as comunidades.

3 AQUISIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA NA MODALIDADE ESCRITA

A língua materna é adquirida de forma espontânea, tirando a exceção dos indivíduos que foram isolados do universo linguístico, não havendo como estes assimilarem os parâmetros existentes em determinada língua, ou seja, para haver a aquisição de uma língua é essencial e fundamental que aconteça estímulos e que seja acessível à criança.

Assim sendo, quando o aprendiz surdo está em processo de aquisição de uma L1, é primordial ter estímulos na modalidade espaço-visual. Estudos mostram que crianças surdas adquirem a língua de sinais, Libras, com pais ouvintes de maneira parecida ou semelhante à aquisição de língua oral de crianças ouvintes. A maioria dos surdos são filhos de pais ouvintes e, por isso, a aquisição tardia da língua de sinais, diferente de crianças surdas que a maioria é de pais ouvintes e adquirem a língua oral de forma natural.

Diante disso, Quadros (1997) relata que, quando a criança surda está no estágio de um sinal, esse estágio tem início aos doze meses e vai até por volta dos dois anos. Pesquisas mostram que o início desse estágio, quando se refere a crianças com pais surdos, iniciasse aos seis meses, já nas crianças ouvintes a linguagem oral é por volta dos doze meses.

No estágio das primeiras combinações, Quadros (1997) relata que inicia por volta dos dois anos. Nesse estágio as crianças, em suas combinações, utilizam a ordem sujeito-verbo, verbo-objeto ou sujeito-verbo-objeto. Logo, mostra que as crianças surdas, nesse estágio, apontam para o interlocutor quando estão se referindo a elas mesmas. Dessa forma, percebe-se que o seu entendimento de pronomes ainda não é tão visível no sistema linguístico (ASL) nas crianças surdas.

De acordo com Quadros (1997), o estágio de múltiplas combinações acontece quando a criança surda tem uma expansão no seu vocabulário, ocorrendo entre dois anos e meio aos três anos de idade. Nesse estágio também ocorre a formação de pronomes para objetos e pessoas que não estejam no mesmo ambiente que ela de forma física; utiliza-se muito de verbos direcionais, considerando-os mais usuais no seu vocabulário. Quando a criança chega aos seus quatro anos de idade, a língua de sinais não está sendo utilizado ainda da forma correta, pois apresentam dificuldades em associar local e referências. Assim, quando chega aos seus cinco ou seis anos de idade, se corrigem com relação aos erros cometidos nas associações realizadas.

Na aquisição de L2, de acordo com Quadros (1997), esse processo não acontece de forma natural, pois questões de fora interferem no processo de assimilação, ou seja, quando falamos de L2, é a aquisição de uma determinada língua escrita que caracteriza a oral-auditiva, entretanto a L1 corresponde à língua de sinais, assim sendo da mesma forma que crianças ouvintes vêm a adquirir uma língua estrangeira como segunda língua.

Segundo Andrade (2010, p.1), a produção escrita elaborada pelo indivíduo surdo mesmo apresentando a “interlíngua que se caracteriza pela interferência da língua materna”, em geral consegue transmitir seu raciocínio, conseguindo passar seu papel comunicativo, ou seja,

[...] as características da escrita dos surdos são dinâmicas e dependentes de vários fatores, como, por exemplo, competência no uso da língua e interesse pela escrita, mediação entre professor e aluno via intérprete, metodologia utilizada pelos professores, motivação e habilitação dos educadores para ensinar a sujeitos surdos e outros. [...] concordamos com a afirmação de Everhart e Marschark (1988), que as crianças surdas são, cognitivamente e linguisticamente, mais competentes do que concluem os testes a que são submetidas, e com a perspectiva de Sánchez (1999), de que o desenvolvimento normal (funcional) da linguagem e da inteligência parte da sua imersão em situações que lhe facilitem a construção de representações sobre as formas da linguagem constituída e do acesso dos surdos aos vários contextos de produção linguística (ANDRADE, 2010: p.1).

A dificuldade de ensinar Língua Portuguesa para os aprendizes surdos é, de fato, inegável. Porém, não é impossível chegar ao objetivo da alfabetização do aluno surdo em L2, quando se busca métodos e estratégias coerentes para desenvolver os conteúdos escolares necessários ao aprendizado do aluno; para isso, tem que haver uma parceria maior com relação à inclusão em todos os âmbitos. Primeiramente os profissionais da educação precisam ser devidamente capacitados, conhecer a história da educação de surdos e compreender as especificidades linguísticas dos alunos no todo e, em casos específicos, ter a ajuda do intérprete de Libras em sala de aula.

No caso do aluno surdo, em específico, sua língua é constituída de uma modalidade espacial - visual e seus signos linguísticos são produzidos através do espaço de sinalização ocupado pelas mãos e pelo corpo do sinalizante, sendo percebidos pelo sentido da visão.

Dessa forma, para que essa aprendizagem da modalidade escrita do Português ocorra, são necessários aportes metodológicos que indiquem ao docente os melhores caminhos para que ele possa conduzir a aula de forma mais coerente com a necessidade do estudante, proporcionando subsídios para que possa inserir, em suas práticas pedagógicas, propostas e ações que deem oportunidades iguais tanto aos surdos quanto aos ouvintes.

De acordo com Del Ré (2006, p. 16), contribuíram para da origem a três subáreas de pesquisa, propiciando a aquisição a ganhar autonomia, quando cita:

Aquisição de língua materna dos componentes fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos e dos aspectos interativos e discursivos em crianças sem desvios ou com desvios (articulatórios, retardos mentais, surdez, Síndrome de Down, dislexia, autismo, Síndrome de Moebius etc.); Aquisição de segunda língua em crianças e adultos, em situações formais (escolas, universidades, creches) ou informais (com a família); Aquisição da escrita, letramento, alfabetização, relação fala/escrita, processos de oralidade etc.

Então, diante dessas três subáreas de pesquisa apresentadas, podemos compreender o papel da língua no acesso à informação como consequência do predomínio da visão oralista que é um método de ensino para surdos, sobre a Língua de Sinais e sobre surdez, em que o surdo acaba não participando do processo de integração social. Embora a premissa mais forte que sustenta o oralismo seja a integração do surdo na comunidade ouvinte, ela não consegue ser alcançada na prática, pelo menos pela grande maioria de surdos. Isso acaba refletindo, principalmente, no desenvolvimento de sua linguagem, sendo então o surdo silenciado pela sociedade majoritária, por muitas vezes não compreendido. Daí a importância da competência comunicativa, como diz Coste (2002, p. 28),

Construir uma nova competência comunicativa, isto é, uma capacidade para operar e interpretar escolhas significativas no processo de relacionamento entre meios de expressão e conteúdos expressos, permite, inclusive numa língua estrangeira, um aumento de domínio social e confere maior autonomia ao sujeito.

Assim, ao se atribuir a uma atuação docente com resultado significativo no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos, vale enfatizar que a Libras deve ser priorizada em todo e qualquer espaço educativo, pois ela deve servir de base ao conhecimento dos surdos.

Segundo o que Vasseur (2006, p. 87) comenta sobre a noção de interferência entre as línguas, gerando uma dupla conduta nas pesquisas sobre o tema, assim ele define como:

uma conduta descritiva: compara-se o sistema linguístico dito “fonte” com o sistema linguístico dito “alvo” para a descrição de suas diferenças (morfológicas, sintáticas etc.); uma conduta preventiva que quer auxiliar os aprendizes a evitar erros, que deveriam ser reduzidos a interferências, apenas. Isso gerou uma metodologia de ensino programado que dirige uma aprendizagem a patamares mínimos, sem erros, elaborando-se manuais com atividades adaptadas às necessidades dos aprendizes.

Diante disso, para a autora essa atitude está equivocada por se basear em uma representação equivalente entre língua e realidade. Ela ainda comenta que:

O fenômeno do erro, tão estigmatizado, é um fenômeno positivo, e não negativo, que não se deve penalizar e impedir. A falha, ou antes, o erro é vestígio de um processo cognitivo que nos orienta em direção a hipóteses do aprendiz e, portanto, para seu trabalho ativo de apropriação (VASSEUR, 2006, p. 87).

Logo, os prejuízos causados à formação escolar de aprendizes surdos se dão em virtude de pouca ou nenhuma qualificação em Libras por parte dos docentes da sala comum e/ou de metodologias de ensino inadequadas à sua necessidade. Tais prejuízos afetam o

desenvolvimento escolar, linguístico e social, e que a reversão deste quadro está no maior contingente de docentes capacitados/formados em Libras.

Indo ao encontro a essa questão, Skliar (1997, p.140) comenta que deveria ter:

Um modelo no qual o *déficit* auditivo não cumpra nenhum papel relevante, um modelo que se origine e se justifiquem nas interações normais e habituais dos surdos entre si, no qual a língua de sinais seja o traço fundamental de identificação sociocultural e no qual o modelo pedagógico não seja uma obsessão para corrigir o *déficit*, mas a continuação de um mecanismo de compensação que os próprios surdos, historicamente, já demonstraram utilizar.

Portanto, não se pode negar que a educação é fundamental e sempre será. Porém ela merece uma análise crítica sobre a forma como o processo educativo ocorre para as diferentes classes dominantes, mais vagas, mais tempo na escola, mais disciplinas curriculares, mais e mais regulamentos, superam a dignidade e a cidadania. Para a educação inclusiva ser mais eficiente na prática, devemos ter docentes inclusivos, uma infraestrutura inclusiva, uma diretriz inclusiva e uma sociedade inclusiva. Só assim vamos colher os resultados da aprendizagem de todo os alunos, tornando-os, assim, um melhor profissional e um melhor cidadão, incluído de fato na sociedade.

4 INTERLÍNGUA

De início, para compreendemos o que vem a ser a formação da interlíngua, primeiramente devemos compreender sua definição, ou seja, a interlíngua ocorre quando a aquisição de uma segunda língua caracteriza a produção do indivíduo surdo não nativo no sistema linguístico, em quaisquer estágios que vêm anteriores à aquisição completa da língua alvo.

Nos estudos de línguas, de acordo com Hammerly (1991), o conceito de interlíngua vem interligado aos conceitos de interferência e fossilização, assim também é necessário compreender as suas definições.

Desse modo, segundo o autor Hammerly (1991), a transferência se refere ao aproveitamento prévio de habilidades linguísticas no processo que ocorre a assimilação de uma língua estrangeira. A interferência ocorre quando há desvios que se nota na pronúncia e no vocabulário (frases), ou seja, é um principal ponto para ocorrer à interlíngua e fossilização. A fossilização ocorre quando há erros de desvios nos usos, quando se refere à língua estrangeira, quando o indivíduo surdo entra em contato com a língua na fase adulta.

A aquisição ou apropriação de uma segunda língua é um processo contínuo, construído por etapas, que primeiramente deve ser trabalhado no aprendiz surdo a Língua de Sinais. A interlíngua deve ser vista como característica no processo de aprendizagem de uma segunda língua, pois, como a autora Dechandt-Brochado (2006) revela, o aluno não aprende uma nova língua de forma mecânica, mas sim busca usar maneiras de transferência da L1, simplificando a mesma.

Segundo Dechandt-Brochado (2006, p.292):

Ao analisar os dados, considerou-se que a apropriação de uma segunda língua (L2) é um processo, constituído por etapas que se sucedem no tempo, cujo ponto de partida é a Língua de Sinais Brasileira e o ponto de chegada é a escrita do Português. Cada uma dessas etapas ou estágios de aprendizagem constituem o que se denomina interlíngua (IL), termo criado por Selinker (1972) para se referir ao sistema linguístico empregado por um falante não nativo. Assim, o conceito de interlíngua apresenta-se proveitoso para a análise, demonstrando que os estágios sucessivos do conhecimento linguístico se revelam e variam na linguagem dos aprendizes. Há marcas de instabilidade que refletem uma competência transicional e demonstram que o aprendiz não aprende uma língua mecanicamente, mas que se utiliza de estratégias de transferência da L1, de estratégias de simplificação, de estratégias de hipergeneralização e estratégias de transferência de instrução.

Segundo Selinker (1972, p. 214), sobre a identificação da interlíngua na produção linguística de um aprendiz de L2, a interlíngua depende de três fatores: “1) enunciados na língua nativa do aprendiz; 2) enunciados com características de interlíngua produzidos pelo aprendiz; 3) enunciados produzidos por falantes nativos da língua alvo”.

No entanto, na sua modalidade visual-gestual, a língua de sinais é uma língua natural, capaz de expressar qualquer conceito a partir da sua organização gramatical, morfológica, fonológica, sintática e semântico-pragmática.

Segundo Gesser (2009), quando se fala na organização gramatical da Língua de Sinais, assim como seu sistema de funcionamento, percebe-se que já sofreram bastantes críticas. Mitos foram gerados acerca de sua estrutura, afirmando-se que a língua de sinais não tem estrutura própria, vindo a ser subordinada às línguas orais; ou até mesmo que esse tipo de língua apresenta um sistema de comunicação superficial, sendo incapaz de se igualar a estrutura das línguas orais, no que diz respeito à comunicação.

É justamente sob esse viés que a presente pesquisa se aplica, a discussão objetiva: levantar reflexões a partir de embasamento teórico que subsidiem a proposta de analisar os estudos sobre a interlíngua Português-Libras.

5 METODOLOGIA

A metodologia constitui um ponto determinante para se alcançar os objetivos propostos para o estudo. Barros (2000, p.5) afirma que “fazer ciência hoje significa compreender e partir de mecanismos simples para os mais complexos”, ou seja, está apto a mudanças, a contribuir de forma eficaz para explorar a importância do objeto a ser estudado.

A pesquisa, quanto aos objetivos, compreende ser descritiva e explicativa; segundo o ponto de vista de seus objetivos, Gil (1991) comenta que a pesquisa descritiva tende a descrever as características de determinado assunto, fenômeno ou população.

Assim, diante do seu ponto de vista, Gil (1991) compreende pesquisa explicativa como aquela que tende a reconhecer fatores que contribuem ou determinam para a ocorrência dos fenômenos. No tocante aos procedimentos de coleta de dados, é uma pesquisa de revisão bibliográfica.

Conforme esclarece Boccato (2006, p.266),

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Dessa forma, colocando em evidência os objetivos da pesquisa, o artigo foi dividido em três etapas:

- **1ª etapa:** No primeiro momento, foram selecionadas duas dissertações e uma tese publicadas sobre o tema com base em palavras-chave (Estudos, Interlíngua, Português-Libras, Educação Bilíngue), no site oficial da Capes - Ministério da Educação – MEC e Google Acadêmico. Segue as pesquisas encontradas: “A apropriação da Escrita por Crianças Surdas Usuárias da Língua de Sinais Brasileira” (2003); “A categoria preposicional na interlíngua do surdo aprendiz de Português (L2)” (2008); A interlíngua Português-Libras na produção textual escrita de pessoas surdas adultas usuárias de Libras aprendizes do Português Escrito como Segunda Língua (2018).
- **2ª etapa:** No segundo momento, foram descritos os apontamentos sobre os temas apresentados nos trabalhos selecionados.

- **3ª etapa:** E, por fim, no terceiro e último momento, foram analisados os apontamentos sobre o tema com base na proposta de educação bilíngue para surdos. Visando obter uma visão do todo da temática, dirimindo todas as dúvidas possíveis, indo ao encontro na ideia e no pensamento do autor que originou o estudo.

6 ANÁLISES E DISCUSSÃO

Ao analisar os artigos selecionados das plataformas Capes e Google Acadêmico, observou-se pesquisas restritas, sem muitos conceitos direcionados propriamente à interlíngua Português-Libras. Assim sendo, as dissertações foram selecionadas através de palavras-chaves (Estudos, Interlíngua, Português-Libras, Educação Bilíngue), publicadas entre os anos de 2003 a 2018.

Diante disso, foram selecionadas duas dissertações e uma tese. A primeira tese de autoria de Sônia Maria Dechandt Brochado, intitulada “A apropriação da Escrita por Crianças Surdas Usuárias da Língua de Sinais Brasileira” (2003), encontrado no google acadêmico; a autora traz a interlíngua com o objetivo de investigar o desempenho de indivíduos surdos em Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, que tenham acesso através da primeira língua, a Língua Brasileira de Sinais; ou seja, os métodos trazidos nessa pesquisa trazem ênfase no ensino tradicional em L2 mostrando a eliminação de possíveis erros, atualmente com orientações de linguistas e psicolinguistas, pois os professores vem modificando e tratando os erros a partir de um olhar diferenciado.

Desse modo, compreendemos que,

Uma das teorias que mais influenciou esse novo tratamento dos chamados *erros* foi a *Teoria da Interlíngua*, que postula ser o processo de aprendizagem constituído de etapas cognitivas contínuas. A interlíngua consiste em “gramáticas mentais provisórias que o aprendiz vai construindo no percurso de seu desenvolvimento até atingir a competência em L2” (SELINKER, 1972, *apud* MEC/SEESP, 2002).

Gargallo (1999), ao observar o desenvolvimento com relação ao ensino-aprendizagem de uma L2, confirma que são realizadas por estágios e etapas ocorrem no tempo, ou seja, a partir da língua materna (L1) e o ponto a se alcançar é a língua meta (L2). Essas etapas e estágios constituem a chamada interlíngua, criada por Selinker (1972) para denominar ao sistema linguístico utilizado por um falante não nativo.

Diante disso, foi analisada a dissertação de autoria de Aline Camilla Romão Mesquita, intitulada “A Categoria Preposicional na Interlíngua do Surdo Aprendiz de Português (L2)”

(2008), encontrada no portal de periódicos CAPES/MEC, a autora investiga a interlíngua considerando, em especial, a ocorrência de preposições lexicais e gramaticais em Libras. “Na construção da escrita, a criança tem muito mais a aprender do que somente letras, pois uma infinidade de gêneros viabilizados por essa modalidade se abrem ao fazer contato com os textos” (CARDOSO, 2002, p. 22).

Assim, surgiu uma nova direção de estudos que foram desenvolvidos em meio do dialeto característico de cada aprendiz ou da interlíngua que, enfim tirava, o foco da língua-alvo. Os pesquisadores, para isso:

Afastaram-se do objeto *falha*, observável, fascinante, e de sua análise, que tinha como consequência fragmentar a pesquisa, atendo-se a unidades linguísticas isoladas e a sua junção sintática. O objeto visado não era mais o acidental, mas o regular e o sistemático, isto é, o erro, sua reprodução e, afinal, a regra (VASSEUR, 2006, p. 87).

Por fim, foi analisada a dissertação de autoria de Camila Michelyne Muniz da Silva, intitulada “A interlíngua Português-Libras na produção textual escrita de pessoas surdas adultas usuárias de Libras aprendizes do Português Escrito como Segunda Língua” (2018), encontrado no google acadêmico. A autora traz a interlíngua com o objetivo de analisar a interlíngua Português-Libras na produção textual de indivíduos surdos usuários da Libras, reproduzida na escrita dos usos dos verbos através da classificação quanto a sua adequação e inadequação ao uso padrão da Língua Portuguesa.

Dessa forma, segundo Bonnot (2005, p. 89) “a interlíngua diz ser um sistema intermediário cujas regras organizacionais são relativamente independentes das gramáticas das línguas presentes”. Para ele, esse conceito foi posto em valia para explicar a aquisição de uma segunda ou terceira língua, desde que uma primeira língua já esteja, pelo menos, parcialmente dominada.

Contudo, não podemos observar as produções do aprendiz surdo como erros, incoerências ou enganos, mas como um sistema implícito de levantamento de hipóteses envolvido ao conjunto do seu discurso. Assim sendo, foram selecionadas pesquisas que descrevem e investigam a formação de interlíngua no processo de aquisição de escrita da Língua Portuguesa por alunos surdos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi analisado durante o presente artigo, nota-se que os estudos sobre a interlíngua Português-Libras, de aprendizes surdos da modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, é uma temática de muita importância para a comunidade surda. A interlíngua está associada ao processo de aquisição de uma segunda língua, especificamente da LP pelos surdos. Significa ver o processo de aquisição da LP escrita pelos surdos em uma perspectiva estrutural, ou seja, o que falta ainda de estrutura da LP a ser adquirida pelos surdos.

Assim sendo, ao se pensar na prática de ensino, o docente precisa considerar as diferenças existentes entre o ensino de uma língua materna e o ensino de uma segunda língua. Quando o estudante está aprendendo formalmente a sua língua materna, é natural que já tenha conhecimento sobre ela e esse conhecimento passará, então, a ser ampliado. Por outro lado, quando esse mesmo estudante se debruça sobre uma segunda língua para aprendê-la, seu conhecimento deverá ser construído seguindo outras perspectivas; uma vez que esse aluno está a adentrar em uma língua com aspectos linguísticos completamente diferentes daqueles presentes em sua língua materna, embora sua língua lhe dê subsídios para que possa aprender uma nova língua.

Além disso, é preciso que ocorra a difusão da língua de sinais em todo o âmbito escolar. É primordial ressaltar que esses diversos aspectos oferecem aporte aos futuros docentes, sobretudo no que diz respeito à interação existente em sala de aula; ou seja, é preciso que haja uma real inclusão dentro das escolas, começando pela formação de professores, que precisam ser capacitados para receber alunos ouvintes e surdos, para lhes oferecer a mesma oportunidade de aprendizado sem nenhuma defasagem.

Portanto, além de todas essas reflexões e estudos analisados, há outros aspectos que são inerentes quando se fala na inserção da interlíngua Português-Libras. Um deles diz respeito à organização, quando se trata ainda no ensino da Libras, que, de modo geral, se apresenta seguindo uma tendência de ensino de vocabulário e gramática da língua, não proporcionando indagações que contemplem a surdez. Seria interessante que todos os envolvidos em processos educativos analisassem estudos com o foco na temática, buscando uma nova postura de todos os profissionais, que atuam no âmbito escolar, diante das questões elencadas nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, W. T. L. Cognição e surdez na educação: a língua em questão. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**, Editora Arara Azul, Edição n.6 / set. 2010, ISSN 1982-6842. 2010.

BARROS, P. M. F. Do simples ao completo em Fonoaudiologia. **Rev. Symposium**, Lavras, v. 4, p. 5-19, 2000.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274. 2006.

BONNOT, J.-F. O bilinguismo na criança. In: CHEVRIE-MULLER, C.; NARBONA, J. (org.) **A Linguagem da Criança: aspectos normais e patológicos**. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 88-100.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei 10.436/2002 que oficializou a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022,19%20de%20dezembro%20de%202000. Acesso em 04 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002.

BRITO, L. F. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

CARDOSO, C. J. **A socioconstrução do texto escrito: uma perspectiva longitudinal**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

COSTE, D. Leitura e competência comunicativa. GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (org.). **O texto: leitura e escrita**. 3. ed. Revisada. Campinas, SP: Pontes, 2002.

DECHANDT-BROCHADO, S. M. A apropriação da escrita por crianças surdas. In.: Quadros, R. M.(org.) **Estudos Surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006..

DECHANDT-BROCHADO, S. M. **A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira** / Sônia Maria Dechandt Brochado. Assis, 2003. 431 f.: il.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS, UNESCO, 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 04 out. 2020.

FERREIRA, J. A.; ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. C. Adaptação acadêmica em estudante do 1o ano: diferenças de gênero, situação de estudante e curso. **PsicoUSF**, Itatiba, v.6, n.1, p.1-10, jan. 2001.

FREIRE, E. L.; MOURA, A. A.; FELIX, N. M. Escolas Bilingues para surdos no Brasil: uma luta a ser conquistada. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], p. 1283-1295, nov. 2017. ISSN. 2017.

GARGALLO, I. S. **Lingüística aplicada a la enseñanza-aprendizaje del español como lengua extranjera**. Madrid: Arco Libros, S. L., 1999.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HAMMERLY, H. **Fluency and Accuracy**. Clevedon, England: Multilingual Matters, 1991.

HORNBERGER, N.H. Extending enrichment bilingual education: Revisiting typologies and redirecting policy. In: O. GARCIA (org.) **Bilingual Education Focusschrift in Honor of Joshua A. Fishman**. Volume 1. Philadelphia: John Benjamins. 1991.

McCLEARY, L. **Sociolinguística**. Texto-Base - Disciplina Sociolinguística do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância Florianópolis: UFSC/Centro de Comunicação e Expressão, 2009.

MESQUISTA, A. C. R. **A categoria prepocional na interlíngua do surdo aprendiz de Português (L2)**. 2008. 118 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) Brasília - Distrito Federal. 2008.

NOBREGA, P. V. A. **Aquisição de L1 E L2-Pos. 0165-20191-28013**. João Pessoa: IFPB, 2020. (no prelo)

PERLIN, G., STUMPF, M. (Orgs.). **Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

QUADROS, R. M. **de Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre. Artes Médicas. 1997.

QUADROS, R.M. de. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais**. Textura, Canoas n3 p.54, 2000.

SELINKER, L. Interlanguage. **International Review of Applied Linguistics in Language Teaching**. v. X/3, p. 209-232, aug. 1972.

SILVA, C. M. M. **A intelíngua Português-Libras na produção textual escritas de pessoas surdas adultas usuárias de Libras aprendizes do português escrito como segunda língua**. Dissertação (Mestrado em Letras). Recife, 2018. 115 f.: il., fig.

SILVA, S. G. L. **Pedagogia Surda e ensino da língua portuguesa para surdos**. 2012.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In **Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

VASSEUR, M-T. Aquisição de L2: compreender como se aprender para compreender o desenvolvimento da competência em interagir em L2. In: DEL RÉ, A. (org.) **Aquisição da Linguagem:** uma abordagem Psicolinguística. São Paulo: Contexto, 2006. p. 85-112.